

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 06 DE ABRIL DE 2000, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2.336 14º ANDAR .

Aos seis dias do mês de abril de dois mil, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Às 15:04 horas o secretário geral Paulo Roberto Venâncio Carvalho inicia a reunião com a leitura da pauta: 1- Discussão e Aprovação das atas do CMS de Setembro/99 a Janeiro/2000; 2 - Informes gerais; 3 - Discussão do Conselho Regional Metropolitano de Saúde; 4 - Parecer: a) da CTCA sobre a Resolução conjunta entre os Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social sobre as entidades beneficentes assistenciais da área de saúde que promove gratuitamente assistência à saúde; b) da Minuta de convênio com hospitais sobre a realização de cirurgias de Otorrinolaringologia; c) da CTF e CTRH sobre o item 13 da proposta global da melhoria da qualidade da Assistência Peri- Natal em BH; d) da CTRH sobre o Ante Projeto de Regulamentação das CIPAS/PBH; 5 - II Plenária Municipal de Saúde; a) Eleição do novo Conselho; b) Conferência Estadual de Saúde; c) Relatório Final da VI Conferência; 6 - CMS: Internet e Intranet. O conselheiro Antônio Gomes faz uma denúncia e encaminha à Mesa Diretora: “ Ao Senhor: João Athayde Torres Valadares, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, BH, 06/04/00. Senhor Presidente, Solicito a V.Sª a inspeção da Vigilância Sanitária na Fisioterapia Norte, à Av: 12 de Outubro, 410, Venda Nova, pois a mesma atende em torno de 400 a 500 pessoas por dia, o local não oferece condições para os pacientes que ficam de 4 a 5 horas nas filas aguardando atendimento no sol e na chuva, sem bancos para se assentar, ausência de um banheiro para deficientes físicos. O número de funcionários é insuficiente e os usuários da Fisioterapia não têm acompanhamento de um profissional da área, ficando sozinho nas sessões. Em função do relato acima, venho através desta solicitar à Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde informações da SMSA, sobre o valor pago em cada sessão de Fisioterapia. Atenciosamente, Antônio Gomes Ramos, Conselheiro Municipal de Saúde. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho encaminha a denúncia à CTCA para apuração. A conselheira Maria Josefina faz algumas cobranças à Mesa Diretora, solicito à essa Mesa as seguintes questões: 1 – Esclarecer junto ao Serviço a que compete, da SMSA, porque algumas correspondências dirigidas ao CMS estavam chegando abertas. Levar esses esclarecimentos à plenária desse Conselho para que conste em ata; 2 – Qual o déficit financeiro deixado pelo Secretário Marfílio Malagutti; 3 – Por que a verba para o jornal do Conselho ainda não saiu? 4 – Por que ainda não foi entregue aos conselheiros o projeto original do BH-Vida; 5 – O débito para com o canal comunitário é de dois anos, será pago ou não? O prazo para pagamento é dia 27/04, dia da Assembléia e a eleição. A entidade que não pagar não vota. Atenciosamente, Maria Josefina, em seguida faz a leitura do documento do Canal Comunitário de TV a Cabo de BH/MG, Edital de Convocação. O Conselho Executivo do Canal Comunitário de TV a Cabo em BH/MG, dentro das normas traçadas pelo § 1º, do artigo 18, Estatuto de Constituição da Entidade, convoca essa associada a participar da Assembléia Geral Ordinária a realizar-se dia 27/04/00, quinta-feira, na sua sede localizada na Rua: Itaporé, 38, Renascença, BH, Capital, às 19:30 horas em primeira convocação e às 20:00 horas, em segunda e última chamada, com qualquer número de entidades participantes, para tratar e deliberar sobre a seguinte pauta: Ordem do dia: 1) eleição do Conselho Deliberativo; 2) Eleição da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal; 3) Posse dos Eleitos; 4) Assuntos gerais. Importante: A entidade filiada só poderá votar e ser votada desde que esteja em dia com suas obrigações junto à Tesouraria. a) O prazo para regularização de débito poderá ser feito até o dia da Assembléia até às 18:30 horas, pagamento à vista; b) Parcelamento: Admite-se a negociação de cada caso para parcelamento, até o dia 20/04/00, no horário de expediente na sede da entidade. c) Credenciamento: A substituição do credenciado junto à entidade poderá ser regularizada até o dia 28/03/00; d) Local: Rua Itaporé, 38, Renascença, BH, 23/03/00, José Francisco Vieira Seniuk, Coordenador Geral do Conselho Deliberativo, em seguida pede que a Mesa Diretora discuta a questão da volta do Jornal dos Conselhos. O secretário geral, Paulo Roberto Carvalho sugere que a Mesa Diretora e a CTC, se reúna com a nova Secretária, Maria do Socorro para discutir a questão do Jornal e do Canal Comunitário. A conselheira Joana faz denúncia de que os usuários estão consultando com médicos particulares e trocando a receita e exames com os Centros de saúde, para serem feitos pelo SUS/BH, ela coloca que muitas vezes os pedidos não são feitos originalmente e isto tem trazido problemas para os usuários e os próprios médicos, disse que esse usuário são da região metropolitana, sugere que seja criada uma circular normatizando esta questão. A conselheira Rosalina informa que houve uma eleição para a Coordenação e Relatoria da CTCA, ficando a conselheira Anadil como Relatora e Rosalina como Coordenadora e informa que no dia 04/04/00 teve uma reunião da CTCA com a Coordenadora da Central de Marcação, Bianca Velloso e nessa reunião ficou definida que a CTCA pedisse uma reunião extraordinária do CMS/BH para discutir a questão do absentismo nas consultas especializadas e informou o calendário da reunião da CTCA para o mês de abril dia: 04/04/00 – 14:30 horas, Assunto: Central de Marcação de Consulta, com a Drª Bianca Velloso, dia 11/04/00, 14:30 horas, Assunto: Tuberculose, com a Drª Mônica; dia 18/04/00, 14:30 horas, Assunto: Alto Custo, Dr Airton e Dr. Carlos Alberto (Oncologia); dia 25/04/00, às 14:30 horas, Assunto: Atenção ao Idoso, com a Coordenadora do Programa de Atenção ao Idoso. O conselheiro local do bairro Campo Alegre, Fernando Tavares, disse que é muito importante essa discussão do absentismo principalmente com as Comissões Locais de Saúde. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho, informou que essa discussão será pautada e as Comissões Locais de Saúde serão convidadas, em seguida passou para o 3º ponto de pauta que é a discussão do Conselho Regional Metropolitano, informando que a reunião realizada no dia 28/03/2000, na DMS onde levou a proposta do CMS e lá foi feito uma nova contra proposta para o CMS/BH que é 11 usuários, 05

60 trabalhadores e 04 gestores/prestadores, mantendo a DMS isolada porque ela não tem usuários e não mantendo a
61 paridade entre as micro regiões, a proposta de BH é de 25 conselheiros e a DMS está propondo 20 conselheiros de BH
62 para compor o CRMS, coloca em discussão a contra proposta da DMS. A conselheira Fátima Regina coloca que o
63 número é negociável, mas paridade não e que a DMS tem que entender que no CRMS ela tem segmentos e a DMS tem
64 que concordar com essa questão, ela está criando um quarto segmento e isto pode trazer problemas futuros para o
65 Controle Social. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho informa que na reunião a discussão foi feita em cima de
66 números e os membros presentes na reunião não quiseram entender a proposta de BH, que é manter a paridade. O 2º
67 secretário Cornellis, coloca que alguns setores dos Conselhos Municipais não terão participação ativa neste Conselho, é
68 importante uma instância intermediária entre o CMS e o CES, sua opinião é que se deva continuar o Fórum de
69 Conselhos Municipais de Saúde da região metropolitana e não criar o CRMS com poder deliberativo, defende continuar
70 a discussão do CRMS até a Conferência Estadual de Saúde. O conselheiro Antônio Gomes pergunta à Mesa Diretora,
71 como a nova equipe da SES está vendo essa discussão do CRMS. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho informa
72 que a nova equipe do CES acha difícil discutir a questão de um Conselho Regional de Saúde como um Fórum
73 deliberativo nas regionais de Saúde do Estado, informa que participou de várias Conferências Regionais de Saúde e
74 esta questão foi praticamente rejeitada por estas Conferências, coloca que essas informações não são oficiais da nova
75 equipe da SES. A conselheira Fátima Regina propõe que o CRMS não seja deliberativo, que ele seja paritário e que a
76 DMS entre no segmento correto (trabalhador, gestor), que não tenha o quarto segmento e que se tire nesta reunião uma
77 comissão de negociação com a DMS para discutir estas questões e número de representantes de BH. O secretário geral
78 Paulo Roberto Carvalho, propõe que se faça um documento político, colocando a posição de BH sobre a questão do
79 CRMS para oficialização junto a DMS e o Fórum Regional de Conselhos Municipais de Saúde, propõe também que o
80 CMS/BH não indique oficialmente os nomes de BH para este Conselho, mas os conselheiros que foram indicados na
81 reunião extraordinária do CMS/BH, no dia 22/03/2000 continuassem participando das discussões sobre esse assunto
82 para apurarmos as discussões e deliberarmos sobre o assunto na Conferência Estadual de Saúde. A conselheira Fátima
83 novamente defende sua proposta e coloca que não devemos ficar fora da discussão e na reunião do dia 12/04/2000, na
84 DMS, todos os conselheiros que foram escolhidos para essa discussão continuasse participando da reunião na DMS
85 sobre este assunto. O 1º secretário Swawille informa que a III Conferência Regional Metropolitana aprovou a criação
86 deste Conselho mas, ainda tem que ser referendada na Conferência Estadual de Saúde, coloca que o CRMS não deve
87 ser deliberativo e sim articulador das políticas regionais de saúde e na composição seja respeitada a paridade. O
88 secretário geral Paulo Roberto Carvalho esclarece que esta reunião definiu que o CMS/BH, criasse a comissão de
89 negociação com a Região Metropolitana, de como melhor encaminhar a discussão do CRMS. A comissão é composta
90 pelos membros do CMS retirado no dia 22/03/2000, que irá sobretudo negociar o caráter e a constituição e composição
91 do CRMS, tendo como propostas, manter a paridade e que o CRMS não seja deliberativo e que não se crie o quarto
92 segmento, ficou definido que será feito um documento oficializando a posição do CMS/BH, em seguida passa para o 4º
93 ponto de pauta, que é o parecer da CTCA, resolução conjunta ente o CMS e CMAS sobre as entidades filantrópicas na
94 área de saúde. A conselheira Rosalina que é coordenadora da CTCA faz a leitura do parecer: “A Câmara Técnica de
95 Controle e Avaliação do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, reunida no dia 28/03/2000, discutiu a
96 proposta de Resolução apresentada pelo Conselho Municipal de Assistência Social e recomenda ao plenário a sua
97 aprovação, sugerindo a seguinte modificação no artigo 1º: Artigo 1º - Para os fins desta Resolução, é considerada
98 Entidade beneficente assistencial da área de saúde, a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativo. BH,
99 28/03/2000, CTCA. Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de BH/MG, Novembro/99, “ O Conselho
100 Municipal de Assistência Social - CMAS no uso das atribuições, que lhe confere a Lei Municipal Nº 7099 de 27/05/96.
101 Considerando a necessidade de inscrição prévia das entidades da área da saúde neste Conselho e considerando a
102 necessidade de fixação de critérios para inscrição das mesmas. Resolve: Artigo 1º - Para os fins desta Resolução, é
103 considerada entidade beneficente assistencial da área de saúde, a pessoa jurídica de direito privado que promova
104 gratuitamente a assistência à saúde. Artigo 2º - A entidade pleiteante deverá de acordo com o disposto no Decreto
105 2536/98, artigo 3º comprovar anualmente o percentual de atendimento decorrentes de convênio firmado com o SUS
106 (Sistema Único de Saúde) igual ou superior a 60% do total de sua capacidade instalada. Artigo 3º - O CMAS –
107 Conselho Municipal de Assistência Social de BH, solicitará formalmente junto à SMSA atestado comprobatório
108 referente ao artigo 2º desta Resolução. Artigo 4º - Havendo indeferimento ou cancelamento da inscrição da Entidade
109 Beneficente assistencial da área de saúde, podem as mesmas, para defesa de seus direitos, recorrer ao CMAS no prazo
110 de 30 dias contados a partir da formalização do recebimento da decisão final. Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor
111 na data de sua publicação pelo período de 90 dias podendo ser prorrogado por igual período, revogando-se as
112 disposições em contrário. Rosalva Alves Portella, Presidente de CMAS/BH”. O Secretário executivo do CMAS, Sávio
113 Araújo, informa que a Presidente do CMAS, já respondeu por carta sobre a posição da SMDS e SMAS sobre o assunto,
114 coloca que esta resolução é muito importante por regulamentar e formar o Sistema Municipal de Assistência Social e na
115 área de saúde regulamentar o atestado de filantropia para entidades filantrópicas que prestam serviços na área de saúde
116 para facilitar o controle do CMAS sobre as entidades filantrópicas da área de saúde. O secretário geral Paulo Roberto
117 Carvalho coloca em votação o parecer da CTCA sobre a Resolução, o parecer é aprovado por unanimidade. O CMS
118 aprovou a Resolução com a modificação sugerida pela CTCA. O secretário geral passa para o 6º ponto de pauta que é o

119 CMS : Internet e Intranet. A funcionária do Sistema de Informação Cristina Nogueira, informa da implantação do
120 serviço de Intranet no sistema de computadores da SMSA, a partir do mês de abril, este programa possibilitará a todos
121 os computadores da SMSA em rede, facilitando o acesso as informações da SMSA a todos os setores, convida o CMS
122 para participar deste sistema, o sistema de informações estará a disposição para receber os bancos de dados do CMS. A
123 Intranet além de oferecer informações da SMSA, estará interligado, o acesso, a internet nos sites dos órgãos
124 governamentais (saúde, UFMG, e outros), o lançamento deste programa de informação será no final do mês de Abril,
125 foi entregue aos conselheiros a proposta do Sistema de Informação sobre a Intranet. O secretário geral Paulo Roberto
126 Carvalho coloca a importância do Conselho em participar deste Sistema. O conselheiro Roges acha muito pertinente a
127 questão da Internet e Intranet, pois favorece aos conselheiros terem informações rotineiras da SMSA e no caso da
128 Internet as informações diversas de outros setores da sociedade, isto favorece a própria participação dos conselheiros
129 com maior propriedade para discutirem os assuntos, manifesta sua preocupação quanto à Secretaria Executiva do CMS
130 em estar disponibilizando as informações para os conselheiros, haja visto que, hoje a Secretaria Executiva está
131 sobrecarregada e precisa de ter funcionário responsável por estas informações e novos computadores para esse fim. O
132 funcionário do CMS José Osvaldo, passa informes da reunião em que a conselheira Anadil e ele participaram no
133 Conselho Municipal de Defesa Social com a Dr^a Gisele sobre a página do CMS no site da PBH, informa que já
134 podemos disponibilizar os dados do CMS para esta página, pede para que a Mesa Diretora e a CTC agilize o processo,
135 fala também que é preciso disponibilizar um funcionário para passar essas informações para os conselheiros. O
136 secretário geral Paulo Roberto Carvalho passa para o 4º ponto de pauta sobre o parecer da CTCA da proposta da minuta
137 de convênios com os hospitais sobre as cirurgias de Otorrinolaringologia, esta minuta já foi deliberada. A coordenadora
138 da CTCA, Rosalina faz a leitura do parecer: “A Câmara Técnica de Controle e Avaliação do Conselho Municipal de
139 Saúde de Belo Horizonte, reunida no dia 28/03/2000, discutiu a Minuta de Convênio para viabilização das cirurgias
140 eletivas de Otorrinolaringologia apresentada pelo Departamento de Planejamento e Regulação da SMSA, decidindo
141 recomendar ao plenário a sua aprovação. BH, 28/03/2000, CTCA. O secretário Geral Paulo Roberto Carvalho coloca o
142 parecer em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, o Conselho aprovou a Minuta de Convênio com os
143 hospitais sobre as cirurgias eletivas de Otorrinolaringologia, em seguida passa para o parecer da CTRH sobre o Ante
144 Projeto de Regulamentação da CIPAS/PBH. A coordenadora da CTRH, Cleide Donária explica que ainda não tem em
145 mãos a Minuta do Ante Projeto, e que no dia 07/04/2000, vai estar fechando a proposta e a mesma será enviada a todos
146 os conselheiros para conhecimento. O secretário geral Paulo Roberto Carvalho, passa para o 5º ponto de pauta que é a
147 II Plenária Municipal de Saúde, informa que são três os objetivos desta plenária: 1 – Eleição do novo Conselho; 2 –
148 Conferência Estadual de Saúde; 3 – Fechamento do Relatório Final da VI Conferência Municipal de Saúde, nesta
149 Plenária serão eleitos os 172 delegados à Conferência Estadual de Saúde e informa que o CMS deve se chamar a
150 Plenária Municipal e as Plenárias Regionais de Saúde para esse fim. O conselheiro Silvio coloca que esta Plenária, o
151 seu principal objetivo é fechar os relatórios final da VI Conferência, os outros são acréscimos que o Conselho tem
152 necessidade de deliberar, pois esta questão foi definida na VI Conferência Municipal de Saúde. A conselheira Rosalina
153 defende que a Plenária para fechar o Relatório Final da VI Conferência deve ter a participação dos delegados da VI
154 Conferência que não necessariamente para os outros itens da Plenária, entende que são duas plenárias. O secretário
155 geral Paulo Roberto Carvalho propõe uma comissão organizadora para organizar a II Plenária Municipal de Saúde, a
156 proposta é aprovada por unanimidade, a comissão é composta por: João Athayde, Paulo Roberto Carvalho, Cornellis
157 Johannes, Swawille Vivicananda, Silvio Souza, Antônio Gomes, Jaime Caetano, Júlio César, Maria Terezinha, Edeval
158 Pereira, Cleide Donária, Fátima Regina, Marlene Lage, Leda de Souza, Ednéia Aparecida Souza, Míriam Baptista,
159 Anadil Benedita, Roberto dos Santos, ficando marcada a primeira reunião da comissão para o dia 10/04/00, às 9:00
160 horas da manhã no CMS. O 1º secretário Swawilli coloca que a SMSA está em processo de acompanhamento de
161 renovação das Comissões Locais de Saúde. A conselheira Rosalina informa que no dia 13/04/00 estará sendo realizada
162 uma reunião conjunta das CTF e CTRH para discutir o item 13 da proposta global da melhoria da qualidade de
163 assistência Peri Natal SUS/BH, às 14:30 horas e no mesmo dia uma reunião da subcomissão para elaborar um
164 questionário de avaliação das Maternidades do SUS/BH, às 15:30 horas. O conselheiro Antônio Amâncio informa que
165 a reunião da CT de Saneamento, dia 07/04/00, às 17:00 horas, na sala do Conselho. A conselheira Anadil informa que
166 ela e a conselheira Marlene estiveram numa reunião da SINDIBEL onde foi discutido a questão da violência nas
167 Unidades de Saúde, onde se criou uma comissão para continuar essa discussão e o Conselho estará participando desta
168 comissão, propõe uma reunião do CMS para discutir a questão da violência convidando o comando geral da Polícia
169 Militar, o coronel Severo Gomes. Às 16:40 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi
170 lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo secretário geral e pelo 1º secretário. Belo Horizonte,
171 06 de abril de 2000.
172 Jom./vld